

CADERNO DE QUESTÕES

CARGO

FISCAL DE TRIBUTOS – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DATA: 17/01/2016

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA:
01 A 10
 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA
11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:
21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 1 a 10.

A cobertura das tragédias e a consequente indignação seletiva

01 Nos últimos dias, diversas tragédias assolaram o mundo. Aqueles que, como nós, não vivenciaram os
02 acontecimentos diretamente, tomaram conhecimento deles a partir do recorte e da construção midiática dos
03 fatos: dos atentados em Paris, passando pelo crime ambiental em Minas Gerais e a chacina em Fortaleza.

04 A história se repete: um desastre em algum lugar do mundo gera manifestações de solidariedade,
05 *hashtags* e avatares nas redes sociais. De imediato, um grupo reage lembrando outros casos de atentados,
06 mortos e desabrigados em lugares em guerra, famílias vivendo em situações insalubres.

07 Casos, às vezes, acontecidos em dias muito próximos. “Indignação seletiva!” — acusam de um lado.
08 “Minha indignação não é seletiva!” — respondem de outro. “Somos todos (e todas) Paris, Síria, Mariana,
09 Fortaleza”. Não, não somos. Somos diversos, com diversas experiências e bagagens afetivas e culturais, que
10 influenciam na forma como reagimos a cada tragédia. Parte significativa dessa bagagem, do conhecimento que
11 temos dos lugares, povos e tragédias vem de um lugar comum: os grandes meios de comunicação.

12 Não se trata, aqui, de pesar qual fato é mais doloroso ou digno de cobertura ou solidariedade. Todas as
13 vidas ceifadas, assim como toda destruição e violência, deve nos indignar e atravessar profundamente, inclusive
14 aquelas que ganham, quando muito, um mínimo espaço nas páginas policiais. Mas, para compreender como a
15 seleção dos acontecimentos, a abordagem e a comoção gerada por eles são feitas, precisamos desnudar o
16 *modus operandi* dos meios de comunicação. E perceber que não é difícil concluir que a violência já começa na
17 invisibilidade imposta aos que não são considerados relevantes.

18 A decisão do que é e do que não é notícia, além de que notícia é mais importante que outra, é baseada
19 em diversos critérios, sistematizados por diferentes autores, ensinados nas escolas de jornalismo e incorporados
20 ao cotidiano das redações. Apenas para usar como exemplo o elenco mais conciso deles, dá-se mais relevância
21 aos acontecimentos de acordo com: novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.

22 Ou seja, o que acontece hoje é uma notícia mais importante do que o que se passou anteontem; um jornal
23 do Ceará colocará em destaque notícias da periferia de Fortaleza, não de Paris; porém, caso morra um camelô
24 na feira da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ou a apresentadora Angélica sofra um acidente, O Globo dará a
25 manchete para ela; uma má notícia ganha mais destaque que um acontecimento positivo.

26 Esses critérios obviamente não são naturais. Foram pensados a partir do que toca mais o público, sim,
27 mas também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais. A vida de um parisiense vale mais do
28 que a de um sírio? Pessoalmente podemos achar que não — e defendemos que não. Para a imprensa brasileira
29 tradicional, no entanto, a resposta é sim.

30 Ao nos apresentar o mundo que nem sempre conhecemos de perto — ou, mesmo quando o fazemos,
31 estamos já atravessados por todas as informações e imagens que nos chegaram de forma midiática —, a
32 mídia também colabora para que tenhamos mais familiaridade com certos povos e lugares. Cenários que já
33 vimos tanto no cinema e na televisão.

34 Na geografia dos afetos, o Rio de Janeiro é muito mais próximo de Paris do que de Fortaleza. Além disso,
35 o tipo de tragédia que assolou Fortaleza na última semana, com a chacina de doze pessoas — em especial
36 jovens negros —, é a tragédia cotidiana nas periferias, morros e favelas. O critério da novidade aí também se
37 esvazia.

38 E o que é uma tragédia passa a ser banal, sem merecer qualquer destaque. Até mesmo o lugar social dos
39 envolvidos é usado para justificar ou não suas mortes. Ter ou não passagem pela polícia tornou-se, assim, uma
40 das primeiras perguntas feitas e reportadas na apuração dos assassinatos. Afinal, a tão propagada narrativa
41 policialesca tem fixado na sociedade que “bandido bom é bandido morto”. Foi assim em Cabula, em Salvador, e
42 tem sido assim agora, no Ceará.

43 Mas a própria lógica da noticiabilidade é subvertida quando segui-la prejudica interesses políticos e
44 econômicos dos veículos de comunicação. O caso do rompimento da barragem do Rio Doce, obra da Samarco,
45 controlada pela Vale, em Mariana/MG, é emblemático. Novidade, proximidade, proeminência, negatividade. São
46 dezenas de mortos e desabrigados, cidadãos e cidadãs sem água potável e um prejuízo humano e ambiental
47 cujas consequências afetarão por anos uma extensão territorial significativa de nosso país.

48 O crime, no entanto, que tem responsáveis muito claros, vem sendo reportado como desastre ambiental.
49 Tampouco se discute a fundo a questão das privatizações e da responsabilidade do poder público no
50 acompanhamento das ações das mineradoras.

51 A própria presidenta da República só foi à região, sobrevoando a área de helicóptero, uma semana depois
52 do rompimento da barragem. O fato de nossa autoridade política não ter dado a devida importância ao
53 acontecimento em Minas sem dúvida contribui para o não-destaque nas pautas dos telejornais e veículos
54 impressos. Mas chamar a atenção de autoridades e cobrar a responsabilização dos envolvidos também é papel
55 da imprensa, por meio da definição do que ganha e do que não ganha as manchetes.

56 [...]

57 Por isso, em vez de apontarmos o dedo uns aos outros, principalmente nas redes sociais, acusando-nos
58 mutuamente de indignação seletiva, cabe entender como é construída tal seleção no nosso próprio imaginário.

59 Qual o papel da mídia nesse processo, mesmo entre quem busca coberturas e veículos alternativos ao
60 mainstream.
61 Quais as consequências da grande concentração num setor que deveria ser regido pela pluralidade e pela
62 diversidade de ideias, como preza qualquer boa democracia. E a quem serve a fragmentação da nossa
63 indignação, que tem como pano de fundo, por mais clichê que seja a afirmação, um sistema mundial de
64 opressões que pune e invisibiliza “minorias” sociais do Ocidente ao Oriente, nas grandes cidades, periferias,
65 morros e favelas; no campo e nas reservas indígenas e ambientais; na esquina da nossa casa.

(MOURÃO, Mônica; MARTINS, Helena. Mariana, Sória, Fortaleza, Paris. A cobertura das tragédias e a consequente indignação seletiva, *Intervozes*, **Carta Capital**, 16 nov. 2015. Com alterações e supressões. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-cobertura-das-tragedias-e-a-consequente-indignacao-seletiva-4432.html>>. Acesso em: 04 dez. 2015.)

01. Em relação à posição defendida no texto acerca do conceito de “indignação seletiva”, é CORRETO afirmar:
- (A) O texto se posiciona contra a indignação seletiva, pois essa atitude exclui acontecimentos que envolvem minorias.
 - (B) O texto defende que a indignação seletiva não deve ocorrer, pois devemos ser solidários a todas as tragédias, já que somos todos humanos.
 - (C) O texto defende que cada pessoa deve escolher com qual tragédia vai se indignar, o que vai depender de sua proximidade afetiva ou geográfica com o local do acontecimento.
 - (D) O texto defende que a nossa reação às tragédias é influenciada pela nossa diversidade, advinda de diferentes experiências e bagagens afetivas e culturais também diferentes.
 - (E) O texto defende que tendemos a nos solidarizar com as tragédias que apresentam maiores proporções em número de vítimas e em consequências financeiras.
02. De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que a cobertura de tragédias é realizada
- (A) apenas de acordo com a relevância dos acontecimentos, atendendo aos critérios de novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.
 - (B) considerando, além dos critérios de noticiabilidade, os interesses políticos e econômicos dos veículos de comunicação.
 - (C) considerando especificamente a relevância e a negatividade dos fatos para toda a população.
 - (D) a partir da pluralidade e pela diversidade de ideias, visto que os veículos de comunicação são imparciais e democráticos.
 - (E) de acordo com a visão pessoal e o estilo idiossincrático do jornalista que está cobrindo o tragédia.
03. De acordo com o texto, a expressão “geografia dos afetos” (linha 34), é utilizada para
- (A) evidenciar que, mesmo que alguns países ou cidades estejam longe geograficamente, existe um conjunto de sentimentos que os aproximam afetivamente.
 - (B) criticar o fato de as pessoas darem mais relevância às tragédias que acontecem fora do Brasil do que às que acontecem no país, pois, quanto maior a distância, maior é a afeição.
 - (C) mostrar que existe preconceito dos estados do Sudeste em relação aos estados do Nordeste do Brasil e, por isso, as tragédias no Nordeste não são valorizadas.
 - (D) relatar que uma tragédia que acontece fora do Brasil deve ser considerada mais relevante do que uma que acontece no Brasil, considerando que, de certa forma, afeta todas as pessoas do mundo.
 - (E) evidenciar que Paris é mais importante que Minas Gerais e Fortaleza, já que Paris é uma cidade de primeiro mundo e, por isso, as tragédias que acontecem lá são mais relevantes.
04. As palavras “doloroso” (linha 12) e “invisibiliza” (linha 64) estão grafadas corretamente. Indique a opção em que pelo menos uma das palavras dos pares a seguir NÃO esteja grafada segundo as normas ortográficas da Língua Portuguesa:
- (A) fabulosa — pesquisa
 - (B) horroroso — batiza
 - (C) gostoso — poetisa
 - (D) dengoso — paraliza
 - (E) idosa — hipnotiza
05. No trecho “São dezenas de mortos e desabrigados, cidadãs e cidadãos sem água potável e um prejuízo humano e ambiental cujas consequências afetarão por anos uma extensão territorial significativa de nosso país” (linhas 45 a 47), o pronome “cujas” está sendo utilizado adequadamente, o que também acontece na opção:
- (A) Aquele homem, cujo carro é vermelho, não pagou o estacionamento.
 - (B) O time de futebol, cujo o último jogo perdeu, não competirá mais.

- (C) A menina cuja sua prova foi rasurada chorou bastante.
(D) Não concordo com esse homem cujo as ideias são preconceituosas.
(E) O muro, cujo era do prédio, foi pichado.
06. A oração “[...] para que tenhamos mais familiaridade com certos povos e lugares” (linha 32) exerce a função sintática, na frase em que ocorre, de:
- (A) Oração subordinada substantiva subjetiva
(B) Oração subordinada substantiva objetiva direta
(C) Oração subordinada substantiva objetiva indireta
(D) Oração subordinada substantiva completiva nominal
(E) Oração subordinada substantiva predicativa
07. A palavra “desnudar” (linha 15) pode ser substituída, de maneira a preservar o sentido da frase em que aparece, por
- (A) “moldar”. (B) “revelar”. (C) “combater”. (D) “obscurecer”. (E) “enredar”.
08. No texto, há expressões referenciais que sumarizam porções de texto em vez de retomar um referente específico. A única opção que NÃO apresenta uma expressão desse tipo é:
- (A) “assim” (linha 41) (D) “Esse processo” (linha 59)
(B) “Esses critérios” (linha 26) (E) “O crime” (linha 48)
(C) “A história” (linha 04)
09. O trecho “Esses critérios obviamente não são naturais. Foram pensados a partir do que toca mais o público, sim, mas também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais” (linhas 26 e 27) pode ser reescrito, de maneira a manter o sentido, como:
- (A) “Esses critérios obviamente não são naturais, pois, embora tenham sido pensados a partir do que toca mais o público, estão também fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
(B) “Esses critérios obviamente não são naturais, mas sim foram pensados a partir do que toca mais o público, além de também estarem fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
(C) “Esses critérios obviamente não são naturais e foram pensados a partir do que toca mais o público, assim como também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
(D) “Esses critérios obviamente não são naturais, entretanto foram pensados a partir do que toca mais o público, pois também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
(E) “Ainda que esses critérios obviamente não sejam naturais, foram pensados a partir do que toca mais o público, já que também estão fortemente ligados a valores econômicos e culturais”.
10. Considerando que, na linha 07, a expressão “às vezes” está recebendo o acento indicativo de crase de maneira adequada, indique a opção em que também deveria haver o acento indicativo de crase na mesma expressão:
- (A) O proprietário do bar fez as vezes de garçom.
(B) Ele conta nos dedos as vezes que ganhou algo.
(C) O músico toca as vezes naquele bar.
(D) Ele perdeu todas as vezes que jogou.
(E) A menina sonha com as vezes em que foi à praia.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. O contador de instruções ou *program counter* (PC) contém o endereço da próxima instrução que o processador deve buscar e executar. Toda vez que o processador busca uma nova instrução, o contador de instruções é atualizado com o endereço de memória da instrução seguinte a ser executada. O contador de instruções é um tipo de
- (A) clock. (D) registrador.
(B) unidade central de processamento. (E) barramento.
(C) unidade de controle.
12. O recurso do sistema operacional que consiste em simular a memória de acesso aleatório (RAM) utilizando uma parte do disco rígido, de modo que a Unidade Central de Processamento (CPU) não pare de processar e os programas possam continuar em execução é o(a)
- (A) memória virtual. (D) memória ROM (*Read Only Memory*).
(B) disco flexível. (E) memória flash.
(C) memória cache.

13. O sistema operacional é um software formado por um conjunto de rotinas que: oferece serviços aos usuários e às suas aplicações; faz o gerenciamento de memória e faz o controle do uso da Unidade Central de Processamento pelos vários processos do sistema. Esse conjunto de rotinas é denominado
- (A) aplicativo. (B) kernel. (C) utilitário. (D) tradutor. (E) editor de texto.
14. O Windows 8.1 possui um antivírus gratuito denominado
- (A) Painel de controle. (D) Aero Antivírus.
(B) Gerenciador de tarefas. (E) Desfragmentador de discos.
(C) Windows Defender.
15. Com relação ao sistema operacional Linux, marque a opção que corresponde a um exemplo de execução de comando em background.
- (A) ./prog (B) ./prog # (C) ./prog ? (D) ./prog ~ (E) ./prog &
16. Com relação à segurança da informação, o evento decorrente da exploração de uma vulnerabilidade por uma ameaça é um
- (A) impacto. (B) risco. (C) antispyware. (D) repúdio. (E) ataque.
17. Com relação a *malware*, analise as afirmações a seguir:
- I. Os vírus de computador se propagam automaticamente;
II. os *worms* se propagam automaticamente;
III. os *spywares* são obtidos por e-mail e se propagam automaticamente.
- Está CORRETO o que se afirma em
- (A) I, apenas. (D) I, II e III.
(B) I e II, apenas. (E) III, apenas.
(C) II e III, apenas.
18. Marque a opção que corresponde somente aos tipos de ataques aos sistemas computacionais:
- (A) Negação de Serviço e Força Bruta. (D) Bot e Firewall.
(B) Sniffer e Engenharia Social. (E) Engenharia Social e Bot.
(C) Ping da Morte e Retrovírus.
19. O NETFLIX (<https://www.netflix.com/br/>) é um site que vem se popularizando e oferta serviços de
- (A) antivírus. (D) feeds.
(B) antispyware. (E) segurança de redes de computadores.
(C) streaming de mídia.
20. Com relação a *backups*, analise as afirmações a seguir:
- I. O *backup* normal copia todos os arquivos selecionados;
II. O *backup* diário copia os arquivos modificados ou criados em uma data específica;
III. O *backup* diferencial copia todos os arquivos selecionados e depois não os altera.
- Está CORRETO o que se afirma em
- (A) I, apenas.
(B) I, II e III.
(C) II e III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) III, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. A Ciência Contábil possui em sua terminologia, conceitos relacionados à sua área, como os de amortização (e seus derivados, tais como: amortização constante, amortização crescente, amortização degressiva, amortização linear, etc.), avaliação, aviamento, azienda, capital (e seus derivados, como: capital circulante, capital próprio, capital de terceiros, etc.), conta (e seus derivados, tais como: conta analítica, conta coletiva, conta sintética, etc.), custos (e seus derivados, tais como: custo direto, custo indireto, custo fixo, custo variável, custo padrão, etc.) depreciação (e seus derivados, tais como: depreciação acelerada, depreciação linear, depreciação plurianual, etc.), desvio de valor, eficácia patrimonial, eficiência patrimonial, fenômeno patrimonial, liquidez, reservas e outros.

Os conceitos em Contabilidade e o domínio do vocabulário se tornam mais complexos quando observamos a existência de variações em alguns termos ocorridos de país para país. Dando seguimento à proposição, julgue as opções abaixo:

- I. Expressões utilizadas em Direito, Administração, Economia, Matemática, Sociologia, dentre outras, também se incorporam ao vocabulário contábil, mas em conformidade com seus efeitos perante a riqueza aziendal, assumindo, desse modo, uma forma própria;
- II. O termo patrimônio tem seu sentido jurídico e seu sentido contábil, sendo, dessa forma, como palavra, empregado em ambas as ciências, mas, em cada uma, considerando o aspecto sob o qual a riqueza é observada;
- III. Termos utilizáveis em Direito, portanto, como aceite, ação, acionista, aluguel, amortização, aval, apólice, arrendamento mercantil, arresto, caução, cautela, cheque, crédito, debênture, débito, duplicata, empréstimo, dentre outros, são usados em Contabilidade, com as mesmas significações;
- IV. As palavras estática, dinâmica, cinemática, equilíbrio, velocidade, tão utilizadas em Física, também o são em Contabilidade, mas, na área contábil, referem-se aos movimentos de riqueza;
- V. O conceito de aceite, por exemplo, em Direito, refere-se ao reconhecimento de uma obrigação, concomitante com o reconhecimento de um direito de terceiros, legitimando-se o compromisso de pagamento em um título de dívida; para a Contabilidade, o aceite é potencialidade concreta de desembolso de dinheiro, representando uma futura saída de capital, para a cobertura de uma necessidade aziendal de pagamento, com reflexos na liquidez da empresa.

- | | |
|--|--|
| (A) Estão corretos os itens I; II; III e V. | (D) Estão corretos os itens II; IV e V. |
| (B) Estão corretos os itens I; II; III e IV. | (E) Estão corretos os itens I; II; IV e V. |
| (C) Estão corretos os itens III; IV e V. | |

22. A gestão patrimonial envolve a administração de recursos patrimoniais e humanos, visando ao alcance de um determinado lucro empresarial. Assim, a Ciência Contábil apresenta: o patrimônio, que a contabilidade estuda e controla, registrando todas as ocorrências nele verificadas e o estudo e controle do patrimônio, para fornecer informações sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. Essas proposições determinam, respectivamente,

- (A) o campo de aplicação e o objeto da Contabilidade.
- (B) o objeto e a finalidade da Contabilidade.
- (C) o campo de aplicação e o conceito da Contabilidade.
- (D) a finalidade e o conceito da Contabilidade.
- (E) a finalidade e as técnicas da Contabilidade.

23. O objeto da contabilidade é analisado através das suas mutações, variações que determinam a situação de uma empresa, fundamentando-se em princípios contábeis devidamente aceitos pela Ciência Contábil. Assim, considera-se INCORRETA a opção:

- (A) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade são obrigatórios no exercício da profissão contábil e constituem condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.
- (B) As mutações patrimoniais de uma organização devem seguir legalmente os princípios de contabilidade, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- (C) Os Princípios de Contabilidade são: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da competência e o da prudência.
- (D) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- (E) A movimentação patrimonial de uma organização, seja ela pública ou privada, deverá fundamentar-se nos princípios de Contabilidade, em obediência às Normas Brasileiras de Contabilidade.

24. A empresa Alfa Beta & Cia. Ltda. iniciou sua atividade em Janeiro/15, com capital inicial de R\$ 500.000,00; integralizado 50% em moeda corrente do país. Na competência de Dezembro do mesmo exercício social, apurou seu resultado com prejuízo de R\$ 100.000,00 e passivo exigível de igual valor.

Assinale a opção CORRETA que identifica a situação líquida da empresa, após a movimentação patrimonial relacionada.

- (A) Ativo = Passivo. (D) Ativo = Passivo – Situação Líquida.
(B) Ativo = Passivo + Capital Próprio. (E) Ativo = Passivo – Capital de Terceiros.
(C) Ativo = Passivo + Situação Líquida.

25. Assinale a opção que contém a afirmativa CORRETA sobre os elementos que formam o patrimônio e suas alterações controladas por meio de contas.

- (A) Existem contas patrimoniais, que representam os bens, direitos, as obrigações e a situação líquida. Há também contas de resultado, que indicam as variações ocorridas no patrimônio em virtude das atividades da empresa e transferem seus saldos para o próximo exercício social.
(B) O plano de contas deve ser flexível de forma a poder ser adaptado, mediante inclusão ou exclusão de contas em virtude da ocorrência de fatos contábeis inicialmente não previstos e da dinâmica própria da atividade empresarial.
(C) A função das contas é representar os itens patrimoniais e de resultado. Assim a conta poderá ou não traduzir um elemento patrimonial.
(D) Para cada bem ou agrupamento de bens, direitos e obrigações ou situação líquida, há contas diferentes associadas à movimentação do patrimônio, sem a representação dos seus saldos.
(E) O plano de contas estabelece a relação de títulos ou rubricas a serem adotadas nos registros contábeis das operações da empresa, indicando o registro das ações nominativas.

26. De acordo com o Art.176 da Lei nº 6.404/76 e com as normas da CVM, ao fim de cada exercício social, a diretoria deve fazer elaborar, com base na escrituração comercial, as demonstrações contábeis que expressem com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício.

Assinale a opção CORRETA que identifica as demonstrações contábeis obrigatórias de acordo com a Lei 6.404/76, atualizada pela Lei 11.638/07.

- I. Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, ou se companhia aberta, por exigência da CVM, demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do resultado do exercício; demonstração do fluxo de caixa, exceto no caso de companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2 milhões; e se companhia aberta, demonstração do valor adicionado;
II. Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, ou se companhia aberta, por exigência da CVM, demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicação de recursos e demonstração do resultado abrangente;
III. Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, ou no caso de empresas limitadas, por exigência da CVM, demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do resultado do exercício; demonstração do fluxo de caixa, exceto no caso de companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2 milhões. Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado;
IV. Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, ou se companhia aberta, por exigência da CVM, demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do resultado do exercício; demonstração do fluxo de caixa, em substituição a demonstração de origens e aplicação de recursos, conforme Lei 11.638/07, exceto no caso de companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2 milhões. Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado;
V. Balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicação de recursos e demonstração do fluxo de caixa, bem como demonstração do valor adicionado.

- (A) Os itens I, II e III estão corretos.
(B) Os itens III, IV e V estão corretos.
(C) Os itens I e IV estão corretos.
(D) Os itens II, III e IV estão corretos.
(E) Os itens I, III e IV estão corretos.

27. A empresa Gama & Cia. Ltda. Apresentou, em 31/12/04, seu patrimônio com os respectivos saldos das contas.

| | |
|---------------------------------------|--------------|
| Caixa | 100.000,00 |
| Capital social | 350.000,00 |
| Empréstimos obtidos em longo prazo | 150.000,00 |
| Bancos - conta movimento | 200.000,00 |
| Lucros acumulados | 200.000,00 |
| Fornecedores | 100.000,00 |
| Contas a receber | 100.000,00 |
| Empréstimos concedidos em longo prazo | 100.000,00 |
| Dividendos a pagar | 150.000,00 |
| Duplicatas emitidas | 800.000,00 |
| Notas promissórias emitidas | 500.000,00 |
| Adiantamento de Clientes | 200.000,00 |
| Impostos a pagar | 50.000,00 |
| Equipamentos | 100.000,00 |
| Clientes | 450.000,00 |
| Reserva legal | 100.000,00 |
| Mercadorias | 500.000,00 |
| Notas promissórias aceitas | 250.000,00 |
| Duplicatas aceitas | 1.000.000,00 |
| Patentes | 200.000,00 |

A representação gráfica do patrimônio que acima se compõe evidenciará um ativo total e patrimônio líquido no valor de:

- (A) R\$ 2.400.000,00 e R\$ 2.150.000,00. (D) R\$ 3.050.000,00 e R\$ 650.000,00.
 (B) R\$ 2.600.000,00 e R\$ 1.100.000,00. (E) R\$ 2.800.000,00 e R\$ 650.000,00.
 (C) R\$ 2.850.000,00 e R\$ 550.000,00.

28. Um item que se encontre na definição de ativo ou passivo deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis se:

- (A) o reconhecimento for um processo que consiste em incorporar no balanço patrimonial ou na demonstração das origens e aplicações de recursos.
 (B) for provável que algum benefício econômico futuro referente ao item venha a ser recebido ou entregue pela entidade.
 (C) o item tiver um custo ou valor que possa ser medido em bases relacionadas aos princípios fundamentais de Contabilidade.
 (D) o conceito de probabilidade é usado nos critérios de reconhecimento para determinar o grau de certeza com que os benefícios econômicos futuros referentes ao item venham a ser recebidos ou entregues pela entidade.
 (E) os itens que satisfazem aos critérios de reconhecimento tiverem de ser registrados na demonstração de fluxo de caixa e no balanço patrimonial.

29. O controle das mercadorias em estoques e de sua movimentação nas compras e vendas pode ser processado de duas formas: sistema de inventário periódico e inventário permanente. Assinale a opção CORRETA.

- (A) No sistema de inventário periódico, a empresa não mantém o controle do custo de cada venda. Apenas, ao fim do exercício, calcula-se o custo das mercadorias vendidas. Para isso, existe a necessidade de apuração do estoque final, mediante inventário.
 (B) No sistema de inventário permanente, o CMV é apurado em cada compra, nele a conta Mercadorias (ou Estoque de Mercadorias) tem seu saldo apurado após cada operação de comercialização.
 (C) A necessidade de escolha de um método de avaliação de estoque decorre da estabilidade dos preços dos produtos, por sua vez, decorrentes do processo de recessão econômica.
 (D) Os sistemas de controles de estoque inventário e permanente são critérios utilizados, consoantes a legislação comercial, mensalmente nas empresas.
 (E) O controle de mercadorias deve ser incorporado ao controle de estoque através do inventário periódico adotado por empresas que utilizam valores resultantes das reservas estatutárias.

30. A empresa Comercial Esperança Ltda., em seu encerramento do exercício social, apresentou a conta Mercadorias, usada para registro de estoques, compra e venda de mercadorias. Essa conta apresentava saldo credor de R\$ 240.000,00. Sabendo-se que, no final do inventário, o seu saldo foi de R\$ 195.000,00, assinale a opção CORRETA no que se refere às vendas do período.
- (A) Prejuízo de R\$ 45.000,00. (D) Prejuízo de R\$ 240.000,00.
(B) Lucro de R\$ 45.000,00. (E) Prejuízo de R\$ 435.000,00.
(C) Lucro de R\$ 435.000,00.
31. Uma empresa comercial apresentou um lucro bruto no seu exercício social de 2014, apresentado através do RCM (Resultado com Mercadorias). A equação fundamental para encontrar o RCM é:
- (A) $RCM = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$.
(B) $RCM = \text{Vendas Líquidas} - \text{Estoque Inicial} - \text{Compras} + \text{Estoque Final}$.
(C) $RCM = \text{Vendas Líquidas} - \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$.
(D) $RCM = \text{Vendas Líquidas} - \text{Estoque Inicial}$.
(E) $RCM = \text{Vendas Líquidas} - \text{Estoque Inicial} + \text{Compras}$.
32. A obrigação tributária é a relação de Direito Público a partir da qual o Estado pode exigir do contribuinte uma prestação nos termos e nas condições descritas em lei. A obrigação tributária é composta pelos seguintes elementos fundamentais: a lei, o objeto e o fato gerador. Nesse sentido, assinale a opção CORRETA, no que se refere aos três elementos básicos da obrigação tributária.
- I. A obrigação tributária nasce quando, por meio de uma relação jurídica, determinada pessoa (credor) pode exigir de outra (devedor) uma prestação (objeto), em razão de prévia determinação legal ou de manifestação de vontade;
- II. A lei é o principal elemento da obrigação, pois cria os tributos e determina as condições de sua cobrança. Contudo, assume, em um sistema jurídico, formas diferentes de expressão, a partir de um texto fundamental (Constituição), bem como regras ordinárias de convivência com leis em sentido restrito;
- III. O objeto representa as obrigações que o sujeito passivo deve cumprir, segundo as determinações legais. Basicamente, são prestações: pagamento do valor em dinheiro referente ao tributo devido ou à multa imposta por não atendimento à determinação legal ou cumprimento de formalidades complementares destinadas a comprovar a existência e os limites da operação tributada e a exata observância da legislação aplicável;
- IV. O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente para sua ocorrência. Quanto à obrigação acessória, trata-se de qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal;
- V. Para a exigência, em concreto, da obrigação principal, se faz mister o respectivo lançamento, que formaliza o crédito tributário que, com base na ocorrência do fato gerador, consiste na fixação dos elementos imprescindíveis à cobrança do tributo incidente.
- (A) Somente os itens I, III e IV estão corretos. (D) Somente os itens II, III e V estão corretos.
(B) Somente os itens I, II, e III estão corretos. (E) Todos os itens estão corretos.
(C) Somente os itens IV e V estão corretos.
33. No que se refere à ocorrência do fato gerador da obrigação principal de um tributo, assinale a opção CORRETA.
- (A) Determina o nascimento da obrigação tributária acessória.
(B) Impede o pagamento do crédito tributário.
(C) Suspende a exigibilidade da obrigação tributária principal.
(D) Causa o surgimento da obrigação tributária principal.
(E) Exclui o nascimento do crédito tributário.
34. Considerando as seguintes proposições, marque a opção CORRETA.
- I. Rendimentos decorrentes do ato ilícito não são tributáveis, conforme reza o CTN;
II. Os rendimentos advindos do jogo do bicho e da exploração de lenocínio não são tributáveis, pois são atividades ilícitas;
III. A multa tributária pode ser um fato gerador lícito;
IV. A obrigação tributária principal decorre do envio das informações ao fisco;
V. As obrigações tributárias são incidentes sobre débito tributário, esse deve ser satisfeito pelo devedor por meio do pagamento ou da contraprestação.
- (A) Os itens I, II e V são verdadeiros e os itens III e IV são falsos.
(B) Só o item III é verdadeiro.
(C) Os cinco itens são verdadeiros.
(D) Os itens II e III são verdadeiros e os itens I e IV são falsos.

- (E) Os cinco itens são falsos.
35. Acerca dos créditos escriturais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de transporte intermunicipal e interestadual e de Comunicações (ICMS), marque a opção CORRETA.
- (A) Não incide atualização do valor apenas nos casos em que a escrituração ocorre dentro do prazo.
(B) Incide atualização do valor, conforme o princípio constitucional de isonomia, se a escrituração estiver fora do prazo da apuração mensal.
(C) Os contribuintes do ICMS, têm direito à atualização dos valores quando a escrituração for efetuada de acordo com os critérios fixados no RICMS.
(D) Para fins de apropriação do crédito do ICMS, a escrituração deve ser efetuada pelo valor nominal, ou seja, pelo valor destacado no documento fiscal, não sendo admitida a atualização do referido valor.
(E) É permitida a atualização do valor nos casos em que o contribuinte apurar o saldo credor por mais de três meses.
36. A indústria Gama Empreendimentos Ltda. adquiriu mercadorias para revenda pelo valor de R\$ 150.000,00. No ato da aquisição, o fornecedor concedeu um desconto comercial equivalente a 10% do valor da nota fiscal. O ICMS incluso na nota fiscal é de R\$ 16.200,00. Essas mercadorias serão contabilizadas nos estoques pelo valor de:
- (A) R\$ 135.000,00. (B) R\$ 118.800,00. (C) R\$ 122.500,00. (D) R\$ 133.200,00. (E) R\$ 150.000,00.
37. O Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é um imposto adotado universalmente que obriga cada pessoa ou empresa a destinar um determinado percentual de sua renda média anual para o governo. Essa percentagem pode variar de acordo com a renda média ou pode ser fixa. Nesse sentido, marque a opção INCORRETA.
- (A) O imposto de renda, em regra geral, é cobrado mensalmente e, no ano seguinte, o contribuinte prepara uma declaração de ajuste anual informando quanto deve de imposto, sendo que estes valores devem ser homologados pelas autoridades tributárias.
(B) As contribuições se dividem em Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), devido pelas pessoas naturais, e Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), devido por empresas.
(C) A obrigação tributária do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza surge quando a pessoa física ou jurídica adquire disponibilidade jurídica ou econômica da renda ou quando se constata um acréscimo patrimonial.
(D) O regulamento do imposto de renda organizado por assuntos e segregados por contribuintes pessoas físicas e pessoas jurídicas é a consolidação das Leis e Dispositivos que o regulamentam e normatizam.
(E) Contabilmente, em relação às pessoas jurídicas, a ocorrência do fato gerador dá-se pela obtenção dos resultados positivos e prejuízos acumulados em suas operações industriais, mercantis, comerciais e de prestação de serviços. O imposto devido será calculado mediante esses resultados.
38. Em decorrência do princípio da legalidade, temos que o tributo só pode ser instituído por meio de lei. Partindo desse princípio considerando o disposto do Art.145 e seus incisos da Constituição Federal, identifique a opção INCORRETA.
- (A) A União é competente para a edição de leis tributárias federais, instituído, assim, tributos federais, estaduais e municipais.
(B) Aos estados compete instituir tributos estaduais.
(C) Aos municípios competem os tributos municipais.
(D) Ao Distrito Federal, cabe a edição de leis tributárias distritais, instituindo os tributos distritais.
(E) A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal podem instituir tributos competentes conforme cada uma das legislações, delimitando a incidência das mesmas.
39. De acordo com o Código Tributário Nacional, considerando o tratamento normativo dado ao conceito de tributo, é INCORRETO afirmar que
- (A) o tributo deve ser instituído por lei.
(B) o tributo não é sanção por ato ilícito.
(C) tributo é a prestação pecuniária compulsória.
(D) a denominação do tributo afeta a sua natureza jurídica específica.
(E) o tributo é uma obrigação *ex lege*, em moeda, que não se constitui em sanção por ato ilícito.
40. As hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário estão taxativamente enumeradas no Art.151 do CTN. São situações administrativas e judiciais que, uma vez ocorridas, impedem a Fazenda Pública de iniciar atos de cobrança do crédito tributário ou, sendo o caso de já os haver iniciado, prosseguir na execução de tais atos. Suspendem o crédito tributário:

- (A) Moratória, quando o contribuinte se torna um sujeito ativo da obrigação acessória.
(B) Depósito do seu montante parcial, assim como reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
(C) Não concessão de medida liminar por meio de mandato de segurança.
(D) Concessão de medida liminar ou de tutela não antecipada, em outras espécies de ação judicial.
(E) Parcelamento.
41. Um dos clientes de uma empresa teve, durante o exercício, sua insolvência decretada pelo juiz competente. A perda relativa (a dívida) do referido cliente tinha com a empresa deve ser reconhecida no exercício de acordo com o princípio
- (A) da competência. (D) do registro pelo valor original.
(B) da continuidade. (E) da amortização compulsória.
(C) da entidade.
42. No que se refere ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), marque a opção INCORRETA.
- (A) Incide sobre serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar, exceto sobre aqueles tributados pelo ICMS (Art.155, II, CF).
(B) O ISSQN tem como incidência as exportações de serviços para dentro e fora do país.
(C) O ISSQN tem função fiscal, ou seja, predominantemente arrecadatória de recursos financeiros.
(D) São competentes para instituir ISSQN o município e o Distrito Federal. Ainda para fins de competência, podem instituir tributos.
(E) Para recolhimento do ISSQN, é preciso identificar o local da prestação do serviço que definirá o município competente, em razão do critério territorial.
43. Assinale a opção CORRETA, no que se refere à imunidade constitucional dos tributos.
- (A) A exportação de serviços em relação ao ISSQN.
(B) Exportação de produtos industrializados, em qualquer hipótese, em fase do IPI.
(C) A exportação de mercadorias em relação ao ICMS.
(D) Incorporação de bens em relação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização do capital, se o objeto social dessa for a prestação de serviços de consultoria jurídica, em relação ao ITBI.
(E) A imunidade do ISSQN deverá ser apresentada mediante lei específica atribuída ao CTN, com competência de cada estado.
44. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza poderá constituir um fato gerador quando da
- (A) venda de gêneros alimentícios pelos estabelecimentos comerciais.
(B) venda de combustíveis por postos revendedores instalados no município.
(C) exibição de filmes pelos cinemas localizados no município.
(D) prestação de serviços sob relação de emprego.
(E) venda de eletrodomésticos pelas lojas de departamentos.
45. Durante o mês de Setembro 2015, a empresa XYZ Consultores S/C Ltda. prestou serviços, a prazo, no valor bruto de R\$ 10.000,00, com a tributação de 5% de ISSQN. Marque a opção CORRETA no que se refere ao valor do ISSQN.
- (A) R\$ 5.000,00. (D) R\$ 600,00.
(B) R\$ 2.500,00. (E) R\$ 500,00.
(C) R\$ 1.000,00.
46. Marque a opção INCORRETA.
- (A) O imposto é devido para o município do estabelecimento do prestador do serviço, ou, na falta de estabelecimento, o local do domicílio do prestador.
(B) Qualquer prestadora de serviços, com exceção das empresas que prestam serviços no âmbito da construção civil, deve fazer o recolhimento do imposto no município onde está estabelecida.
(C) As empresas que possuem como regime de tributação o simples nacional devem, conforme a legislação municipal, recolher o ISSQN em guia própria do município no qual os serviços prestados.
(D) As alíquotas relacionadas ao ISSQN são fixadas conforme a legislação de cada município. Devido ao grande número de municípios existentes no Brasil, as alíquotas máximas são fixadas em lei complementar.
(E) A base de cálculo do ISSQN é o preço do serviço, considerado como a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição.

47. A Lei Complementar nº 511/2010, de 08 de Junho de 2010, legislação municipal do município de Bom Jesus – PI, determina:
- (A) O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado ao microempreendedor individual, às microempresas e às empresas de pequeno porte no âmbito do município de Bom Jesus – PI deve estar em conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - (B) O tratamento generalizado ao microempreendedor individual, às microempresas e às empresas de pequeno porte no âmbito do município de Bom Jesus – PI deve estar em conformidade com as normas gerais previstas no Regulamento do Imposto de Renda para os regimes de tributação sobre o lucro presumido, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - (C) O tratamento diferenciado e favorecido a ser prestado ao microempreendedor individual, às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do município de Bom Jesus – PI deve estar em conformidade com a legislação das microempresas, faturamento anual até R\$ 60.000,00, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - (D) O tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado ao microempreendedor individual, às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do município de Bom Jesus – PI deve estar em conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional do Imposto de Renda, relacionado às empresas optantes pelo lucro arbitrado, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
 - (E) A Lei Complementar nº 511/2010, de 08 de Junho de 2010, é fundamentada pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece o tratamento diferenciado e favorecido a ser realizado ao microempreendedor individual, às microempresas e às empresas de pequeno porte, exclusivamente no âmbito do município de Bom Jesus – PI.
48. Conforme a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sobre o Comitê Gestor Municipal é INCORRETO afirmar:
- (A) Será integrado por 3 (três) representantes das secretarias municipais indicados pelo prefeito municipal, cabendo a um deles a presidência do órgão.
 - (B) Será composto por representantes de entidades do comércio, indústria, serviços ou de produção rural existentes no município.
 - (C) Será integrado por um representante indicado pelo presidente do sindicato dos contabilistas, se houver no município.
 - (D) Será integrado por um representante de cada entidade de apoio ou representativa das micro e pequenas empresas existentes no município, conforme definido em Decreto do Executivo.
 - (E) Será composto por um representante indicado pelas secretarias municipais juntamente com o sindicato dos contabilistas.
49. No prazo de 60 (sessenta dias) a contar da entrada em vigor da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os membros do Comitê Gestor Municipal deverão ser definidos e indicados em Decreto do Executivo, podendo, assim, elaborar seu regimento interno. Com base no que foi dito, a afirmativa INCORRETA é:
- (A) No regimento interno deverá ser definida a Secretaria Executiva.
 - (B) Poderá o Poder Executivo conferir caráter normativo às decisões do Comitê Gestor Municipal, *ad referendum* do Poder Executivo Municipal.
 - (C) O regimento interno da Secretaria Executiva é responsabilidade dos membros do Comitê Gestor Municipal.
 - (D) A função de membro do Comitê Gestor Municipal não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.
 - (E) Os membros do Comitê Gestor Municipal deverão ser definidos e indicados em Decreto do Executivo e, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, elaborar seu regimento interno.
50. O servidor público municipal, em obediência à administração pública, deverá incorrer pelo(a)
- (A) liberação de certidões negativas municipais, quando as entidades pessoas jurídicas possuírem débitos junto ao município.
 - (B) autorização, mediante fiscalização de crédito tributário, para empresas que estiverem com as obrigações principais quites com o fisco e as acessórias pendentes.
 - (C) estabelecimento do alvará de funcionamento definitivo para empresas que estão iniciando suas atividades.
 - (D) estabelecimento do “alvará digital”, caracterizado pela concessão por meio digital de alvará de funcionamento, inclusive autorizando impressão de documento fiscal para as atividades econômicas em meio de atividade no território do município.
 - (E) Estabelecimento de critérios de conduta mediante à administração pública municipal para quaisquer eventos que envolvem sua função, assim como ser apenado na esfera administrativa e ser acionado civilmente para reparar o dano.